

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MARAJÓ: A ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS MULTI-CICLO NO MEIO RURAL DE PORTEL-PA

Miguel de Lima Baia¹
Joel Pantoja da Silva²

RESUMO:

A pesquisa tem alfabetização dos alunos do multi-ciclo (1º e 2º ciclos) da Educação de Jovens e Adultos (EJA), realizada na Escola Ensino Fundamental Antônio José, localizada no município de Portel, no Marajó das Florestas-PA. Objetivamos compreender, em que condições pedagógicas de sala de aula, os professores da EJA desenvolvem o processo de alfabetização com turmas multi-ciclo na referida unidade de ensino. Utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, articulada com a prática etnográfica, fazendo uso ainda de instrumentos de investigação como a observação participante e aplicação de questionário com perguntas abertas. Analisamos os dados com base no estudo dos pesquisadores do campo da educação, especialmente, as reflexões de Paulo Freire e outros estudiosos do campo da linguagem, que discutam as práticas de alfabetização, proposta para a referida modalidade de ensino. Deparamos com a investigação da alfabetização do 1º e 2º ciclos, na maior parte da pesquisa, uma educação tradicional destacando o ensino mecânico onde a lousa e os livros de didáticos são referência de ensino nessa modalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; alfabetização; EJA; leitura; Marajó.

1 - Licenciado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará e Professor da Rede Pública de Ensino do Município de Portel.

2 - Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (UNAMA).

Palavras iniciais

O presente estudo realizado no cenário amazônico, sobretudo na região marajoara, interpretada como Marajó dos Campos e Marajó das Florestas. Tendo em vista a compreensão do arquipélago do Marajó frisamos nosso lugar de fala no município de Portel na parte do Marajó das Florestas. Abordamos a temática do processo de alfabetização de Jovens e Adultos (EJA) acerca das práticas desenvolvidas com a leitura nessa modalidade de ensino.

O interesse pelo tema surgiu quando estava em um determinado lugar do meio rural de Portel, observando um senhor falando para sua filha ler uma carta de sua irmã, visto que a menina cursava o 2º ciclo da EJA, a jovem pegou a carta, mas não dominava as competências de uso da leitura socialmente. Leitura essa que pode significar muito no seu cotidiano, dentro dessa lógica a escola tem um papel fundamental para desenvolver os saberes e adquirir proporcionar novos conhecimentos. Nessa perspectiva, podemos destacar na EJA os valores políticos, culturais e sociais para aqueles que não tiveram acesso na idade certa à promoção serial com o objetivo de continuar a sua trajetória escolar.

Posteriormente, o estudo na Universidade Federal do Pará, no curso de Licenciaturas em Pedagogia, no estágio curricular em docência na modalidade da EJA, em uma turma do 1º e 2º ciclos (multi-ciclo), o primeiro autor, vivenciou pontos relevantes da prática de leitura. Observou na turma o esforço e interesse em pesquisar o tema, uma vez que, 80% da classe não sabiam ler e o professor trabalhava com uma metodologia de forma tradicional que pouco contribuía para a aprendizagem da leitura e escrita para os alunos.

Sabemos que para dominar qualquer área do conhecimento ser faz necessária a importância da leitura em nossa prática social. Os alunos e professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio José fizeram parte dessa pesquisa no município de Portel. Neste ponto, objetivamos compreender o desenvolvimento do processo da alfabetização dos alunos do 1º e 2º ciclos da EJA e, conseqüentemente, identificar as metodologias utilizadas pelos professores, diagnosticar as dificuldades pedagógicas enfrentadas pelos educandos e analisar a relação de ensino e aprendizagem dos alunos.

A proposta segue a linha da pesquisa quantitativa com sentido de elucidar as questões que norteiam a alfabetização de Jovens e Adultos. Essa investigação procura analisar a realidade educacional e sociocultural conforme Chizzotti (2010, p. 83) orienta:

Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõe-se, pois, que elas têm um conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam as suas ações individuais.

Nesse sentido, articulamos a pesquisa qualitativa articulada com a prática etnográfica, pensada como processo de descrição das relações educacionais, que orientam o desenvolvimento da investigação em dado contexto sociocultural (LÜDK e ANDRÉ, 1986). Por isso, no decorrer deste estudo descrevemos o processo de alfabetização envolvendo o processo de leitura sem desassociarmos do trabalho com a escrita em sala de aula.

Dessa forma, utilizamos como instrumentos da pesquisa de observação, aplicação de questionários realizados em dois tipos diferentes. No primeiro, aplicamos um questionário aberto com os alunos do multi-ciclo da EJA e com a professora da turma outro questionário também aberto. No total, aplicamos dez (10) questionários com os alunos e com a professora um (01). Na análise dos dados utilizamos dois questionários relacionados aos alunos e um da professora³ por conter informações mais proeminentes.

Analizamos os dados com base no estudo dos pesquisadores do campo da educação, especialmente, as reflexões de Paulo Freire e outros estudiosos da área da linguagem, que discutem as práticas docentes de alfabetização, proposta para a referida modalidade de ensino. Neste artigo, primeiramente, situamos a EJA no Marajó, em seguida, contextualizamos o lugar da pesquisa e sujeitos, e posteriormente, elaboramos as análises do desenvolvimento do processo de alfabetização em uma escola do meio rural da cidade de Portel.

O Marajó e a Educação de Jovens e Adultos

O arquipélago do Marajó está localizado no norte do Pará. Esse território compõe importante cenário estratégico da região amazônica desde os tempos coloniais entre os europeus, sociedades indígenas e africanas (PACHECO, 2009). A região marajoara ocupa uma área de aproximadamente 50 mil km². Na parte do oriente do arquipélago encontram-se os limites marítimos com as águas do oceano Atlântico. Nesta região, existe uma rica diversidade cultural e natural que envolve a vida da população local formada por praias, manguezais, várzeas, campos, rios e florestas tanto no interior do arquipélago quanto na parte próxima à águas salgadas do oceano. É dessa região que procuramos, no percurso desta pesquisa, marcar um lugar de fala

3 - Na pesquisa, por uma questão ética na coleta dos dados com os sujeitos resolvemos dar nomes fictícios aos educadores e alunos da EJA e a professora, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio José que concederam as narrativas para esta análise.

como marajoara.

Adentramos esse espaço sociocultural e educacional considerando relevante a apontar alguns aspectos de sua história. Na leitura que fizemos referentes a essa região fomos descobrindo tratar-se não de uma única ilha formada por doze municípios, mas de um arquipélago que é formado por dezesseis municípios marajoaras. Embora apresentem aspectos históricos semelhantes, não podemos negar a singularidade cultural de cada cidade que faz parte deste território. Os meios de transporte usado para chegar até essas cidades são por vias marítimas e aéreas.

Essa compreensão nos fez ver na terminologia Ilha de Marajó outros sentidos relacionados às representações ideológicas de isolamento da região filiada à memória histórica dos colonizadores (PACHECO, 2009; SILVA, 2013). Por essa razão, Silva (2013, p. 27), baseado em reflexões de Pacheco (2006), interpreta esse espaço sociocultural como Marajó dos Campos e Marajós das Florestas.

[Na] parte do oriente, localiza-se o Marajó dos campos, formado por sete município: Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Ponta de Pedra, Muaná e Chaves. E, na parte do ocidente, situa-se o Marajó das florestas, composta por nove município: São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Bagre, Breves, Melgaço, Portel, Anajás, Gurupá e Afuá.

Além disso, continua o pesquisador: “As definições de Marajó dos Campos e Marajó das Florestas ainda se encontram ancorada diretamente com o modo que história paraense pensou as concentrações de sociedade indígena e negras nesta região”. Nessa direção, o Marajó dos Campos tem por identidade campo de naturezas a céu aberto, com suas ricas biodiversidades de fauna e flora, já que é essas riquezas faz valorizar o turismo local.

A este respeito, para Silva (2013), a apresentação dessa imagem exotizada do Marajó pelos meios de comunicação leva muitas pessoas de fora a pensar toda a re-

gião com essa única imagem paradisíaca e pronta para ser desbravada pelos turistas. Contudo, nesta pesquisa, posicionamos nosso lugar de fala a partir da cidade de Portel, situada no Marajó das Florestas, formado por muitos rios, furos e igarapés, grandes diversidades de riquezas naturais com belíssimas paisagens, manguezais, florestas, torrão de água doce e entre outras belezas. Também suas culturas mescladas com povos que por aqui passaram como a música, a culinária, os sotaques linguísticos de acordo com cada município, religião, mitos, e por fim lugar de uma heterogeneidade cultural.

É nesse aspecto, em meio à diversidade natural e as práticas culturais que buscamos contextualizar os aspectos educacionais. Para discutir as condições de acesso à educação escolar que envolvem os alunos do multi-ciclo da EJA no referido município, olhamos essa realidade na condição de pesquisadores. Nesse cenário de alfabetização que corresponde ao cotidiano dos educandos, torna-se relevante a “pesquisa que privilegia a coleta de informações contida na vida pessoal de um ou vários informantes” (CHIZZOTTI, 2010, p. 95).

O educador tem que ter cuidado de não distanciar o discente do ambiente onde vivem. Na concepção de Freire (1996, p. 28), “outro saber fundamental à experiência educativa é o que diz respeito à sua natureza”. Nesse caso, percebemos os aspectos relacionados à natureza educacional do ambiente escolar no Marajó que contempla centenas de instituições de ensino com realidades, muitas vezes, diferentes de um lugar para o outro. Por serem escolas situadas às margens de rios e seus afluentes entre florestas são identificados como “escolas das águas” (AMARAL, 2012), contextualizando as realidades e valorizando as identidades do cidadão marajoara. Os sentidos do termo escolas das águas começam a ser desenvolver lentamente através das lutas culturais e pesquisas acadêmicas.

Podemos dizer que no Marajó das Florestas, particularmente em Portel, algumas ações já estão sendo desenvolvidas lentamente para que os alunos tenham uma

educação de qualidade, seja na estrutura física ou na organização de espaços pedagógicos. Temos algumas escolas sendo construídas e obedecendo as exigências do Ministério da Educação. Em termo pedagógico tem como políticas, ter no mínimo no núcleo (o sistema de nucleação é onde tem várias escolas anexas a uma escola referência) uma ou duas coordenadoras pedagógicas e na parte administrativa um gestor (diretor) que tenha formação em pedagogia.

Todavia, faltam muitas ações pedagógicas serem contempladas diante da nossa realidade marajoara. Estudos revelaram que para a “educação no meio rural na região Marajoara, tenha significado é necessário estabelecer um diálogo entre saberes rural e urbano, em que ambas as culturas sejam valorizadas” (HAGE, 2005, p. 129). Saberes que é necessário ser valorizado dentro da escola através de uma leitura heterogênea e diversificada pela cultura dos alunos. Valores que, às vezes, são deixados para trás, no processo de alfabetização de jovens e adultos, pois, a maioria dos professores trabalham com esse público somente para almejar mais carga horária de trabalho para aumentarem suas rendas econômicas.

Além disso, alguns docentes confundem alfabetização da EJA com alfabetização das crianças do ensino fundamental. Essa tomada de posição dificulta a leitura dentro e fora da sala aula. Poucos recebem formação pedagógica e compreendem essa modalidade de ensino. Galvão (2006, p.53) analisando essa condição contraditória na prática docente explica:

Essas características tornam o processo mais complexo e requerem um “olhar diferenciado” para esse público exigido propostas pedagógicas adequadas e metodologias apropriadas para a educação

4 - Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=150580&search=|portel>.

5 - Maria Matos. In: Otoniel de Souza da Silva: *evasão escolar na educação de Jovens e Adultos. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Portel 2006.*

de adultos. Dessa forma, dificilmente o processo de consideração das vivências sócias e das experiências de uso da leitura e da escrita dos alfabetizados.

O arquipélago do Marajó por se constituir de diferentes práticas sociais abre inúmeros saberes culturais diferenciados que não deixam de estar associado à modalidade ensino da EJA. A experiência socio-cultural dos alunos é relevante para serem trabalhadas na escola e ser transformados em conhecimentos relacionados à prática de leitura e escrita dentro de uma metodologia que amplie a aprendizagem dos alunos.

Amaral (2012, p.65) enfatiza a leitura como elemento transformado em sua análise ao referir-se à educação no município de Breves cuja realidade é parecida com município de Portel, ambas fazem parte do Marajó da Floreta, e conseqüentemente das escolas das águas.

Neste espaço, há necessidade de práticas que valorizem a cultura do aluno, que promovam o diálogo entre os conhecimentos escolares e a realidade vivida. Trata-se da formação de homens e mulheres leitores (as), que concebam a leitura como prática criadora, seja da palavra escrita ou da leitura que fazem do mundo.

Dessa forma, faz-se necessário a construção de projetos que incentivem a importância do ato de ler, dentro de uma perspectiva qualitativa no ambiente escolar, projetos que contemple a realidades dos educandos dos Jovens e Adultos. Nessa direção, caminhamos para a realidade do município de Portel. A cidade de Portel se situa na parte do ocidente marajoara. Também denominada de Mesorregião do Marajó e/ou Microrregião de Portel. A população do município conforme o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴ em 2010 é de 53.257 habitantes.

A extensão territorial do município possui uma área de 25.384 km² e uma densidade demográfica 2,06 hab./km². Limita-se geograficamente com os municípios de

Melgaço no norte, Oeiras do Pará a leste, Itupiranga e Porto de Moz a sul e Senador José Porfírio a oeste. A cidade fica distante da capital do Estado 326 km por via marítima e 27 km por via aérea. Portel se caracteriza um município da floresta, visto que rodeado de águas e vegetações diante das belezas naturais de lindas praias, igarapés, campos naturais e rios que se encontram montanhas e cachoeiras.

Em relação à cultura, destaca-se a culinária com base no tacacá, maniçoba, pato no tucupi associada às comidas típicas paraenses. Nas atividades econômicas encontramos a fabricação da farinha de mandioca que é principal renda dos moradores do meio rural, o extrativismo da madeira e benefícios do Governo Federal como Bolsa Família. O município tem importantes parceiros no trabalho que desenvolve na área da educação com projetos de leituras: Vagalume e Letras da Arca. Esses projetos educacionais objetivam valorizar a leituras dos cidadãos portelenses tanto no meio urbano quanto no meio rural.

Nessa direção, contextualizamos a Educação de Jovens e Adultos no município. Procuramos, com esse enfoque, fazer uma breve trajetória do ensino destinado aos jovens e adultos da cidade. De acordo com as informações documentais de duas professoras traçamos uma análise da educação para essa demanda. A primeira é a professora Maria Dias Matos, com 74 anos, que foi coordenadora e monitora do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). A segunda é a professora Maria das Graças Lima de Carvalho, 55 anos, que trabalhou como professora e diretora da escola na qual funcionava o Ensino Supletivo.

A professora Maria Matos⁵, que trabalhou no MOBRAL desde o início de sua implantação em Portel, acompanhou toda a trajetória desse ensino cuja implantação ocorreu no final da década de 60. Esse programa educativo era destinado às pessoas que não tiveram oportunidade de estar na escola, ou seja, àqueles chamados de “analfabetos” por não terem o domínio da leitura e da escrita.

BARBOSA (2008, p 27) comenta que “a

década de 70 marca o início das ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MABRAL), que atingiu 30 milhões de jovens e adultos nos 3953 municípios em que penetrou”. O MABRAL teve uma importância bastante relevante nas vidas das pessoas que faziam parte desse movimento de alfabetização. O município de Portel, por ser um município com o número alto de “analfabetos” aderiu ao projeto com o propósito de trazer melhores condições de vida para sua população.

O objetivo deste programa era oportunizar a educação formal aos jovens e adultos, visto que adquirisse procedimento da leitura, escrita, saber os conhecimentos básico matemático e também visava o desenvolvimento educacional dos municípios. O município de Portel se adequava de acordo com suas necessidades. Segundo a professora Maria Matos, havia uma equipe de pessoas da própria comunidade que coordenavam o projeto.

O frei Máximo era o presidente, ele era o responsável de ir até o município de Breves pegar o dinheiro para o pagamento dos professores. O seu Leonardo era o secretário e o seu Orlando também tinha uma função que eu não me lembro qual era; a maioria das pessoas que ingressavam no MOBREAL eram donas de casa, pessoas casadas e solteiras. Tinha alguns jovens, mas a maioria era adulta. Tinha pessoas de todas as classes, principalmente às de classes pobres e média, pessoas que trabalhavam na Companhia⁶, por isso a aula era à noite para aproveitar o tempo disponível das pessoas e a maioria dos alunos estudava no MOBREAL apenas para aprender a assinar o nome para poder votar⁷.

6 - Empresa Amazônia Compensados e Laminados (AMACOL), conhecida popularmente como Companhia Amazônica, instalada no município de Portel na década de 60
7 - A provar por meio de votos. No Brasil, código eleitoral estabeleceu o voto secreto e obrigatório, direito do homem e da mulher votarem.

Existia um corpo administrativo que organizava as relações burocráticas na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) para os professores recebessem em dia seus vencimentos. Os professores que trabalhavam nesse projeto eram chamados de monitores. Alguns já tinham experiência na área da educação, pois ensinavam o curso normal em outras escolas e já haviam concluído a quinta série que era o ensino mais avançado na época, outros ainda estavam estudando. Podemos ver que era essa qualificação profissional de muitos professores naquele momento no município.

Assim, desenvolvia-se o trabalho na educação, pelo programa MOBREAL atendendo alunos trabalhadores da madeira, domésticas, mulheres casadas e solteiras que compunham a classe pobre e média em Portel nessa época auge da madeira. Embora esse programa fosse destinado para desenvolver competências de leitura e escrita, no município restringia-se, às vezes, apenas ensinar a escrever o nome e assim votar nas eleições.

É importante mostrar nesse trajeto como ocorria o planejamento pedagógico das aulas em função do programa. No que se refere ao desenvolvimento didático das aulas, Maria Matos esclarece como acontecia cotidianamente:

Nós tínhamos o nosso plano de aula que fazíamos de acordo com as instruções que chegavam para nós. Agente dividia o tempo da aula de acordo com o desenvolvimento dos alunos, pois existia aqueles mais adiantados e os mais atrasados. Ou então, eu tinha que dividir o quadro em dois, aí eu passava atividades diferentes para poder atender todos os alunos. A gente trabalhava com palavras ilustradas através da qual se ensinava as letras e as sílabas das palavras. Em seguida, passava apontamentos, exercícios e ditados. Não me lembro se houve algum curso de preparação para nós, mas havia reuniões. A gente trabalhava na “folha grande”. Tínhamos que dá o nosso jeito.

Muitos professores que ainda não tinham formação de nível superior passaram por essa experiência de educar com os próprios conhecimentos aprendidos até a 5ª série no Marajó. Com pouca formação e sem experiência pedagógica de alfabetização recebiam instrução de como fazer seus planos de aula. Além disso, diagnosticavam os alunos que já tinham uma competência de leitura e escrita entre “avançados” e “atrasados”.

A inserção no mundo da leitura e na cultura escrita estava fundada no processo de alfabetização dos signos linguísticos, principalmente, a composição do alfabeto – vogais e consoantes – muitas vezes memorizada pelo processo de repetição até seu domínio por completo pelos alunos (BARBOSA, 2008). Acontecia, às vezes, do aluno aprender o nome e deixar a escola porque já sabia fazer sua assinatura.

Com essa perspectiva de ensino pedagógico o MOBREAL se estendeu por um período de aproximadamente dez anos no município. Depois que foi extinto surgiu o Programa Fundação Educar. Segundo a professora Maria das Graças, “por volta de 1986 foi introduzido no município o programa da Fundação Educar que garantia a continuidade de ensino àqueles alunos que já estavam alfabetizados e que precisavam prosseguir seus estudos num espaço de tempo mais reduzido”. A preocupação das políticas públicas em avançar com o ensino de jovens e adultos era um dos objetivos principais para reduzir o índice de analfabetismo.

Maria Matos fala desta posição técnica que ocupava nessa época em que o programa Fundação Educar chegou para ser desenvolvido em Portel:

O programa Fundação Educar fazia parte do Ministério da Educação, mas não exerceu ação direta no campo, apenas supervisionava e acompanhava o trabalho desenvolvido por secretarias e instituições que recebiam recursos para a execução dos programas. O qual oferecia a oportunidade para o aluno cursar as primeiras séries do ensino fundamental em apenas dois anos.

O estudo era dividido em duas etapas, a primeira etapa correspondia a 1ª e 2ª séries e a segunda etapa a 3ª e 4ª séries. Era um ensino mais adiantado e atendia uma clientela bastante diversificada. No ano de 1987, foi implantada no município, turmas de 3ª e 4ª etapas que complementavam o ensino fundamental.

Observando essa realidade e vivendo as experiências destas mudanças de ensino na educação formal a professora Maria das Graças⁸ relata:

Quando o aluno terminava as duas primeiras etapas, ele seguia para as 3ª e 4ª etapas do Supletivo, o ensino supletivo deu aos alunos, principalmente àqueles que eram trabalhadores, a possibilidade de cursar até a 8ª série, que era o topo da educação no município. Se o aluno quisesse prosseguir nos estudos teria que estudar na capital do Estado.

Nesse cenário, as primeiras turmas funcionavam na Escola M.E.F. Paulino de Brito, sempre no turno porque a maior parte da demanda de alunos trabalhava durante o dia. O avanço educacional com a promoção serial era forma dos alunos terminarem em tempo mais reduzido o ensino fundamental. Essa situação, de certa forma, além de ensinar os jovens, capacitava os trabalhadores de beneficiamento da madeira em Portel.

Era uma mão-de-obra que produzia na serriaria de beneficiamento da exportação de madeira e estudava para aprender a ler e a escrever. Não podemos deixar de mencionar que isso contribuía para conhecerem seus direitos e deveres como trabalhadores. Após, o ensino supletivo implementado pela Fundação Educar, o município

8 - Maria das Graças. In: Otoniel de Souza da Silva: evasão escolar na educação de Jovens e Adultos; trabalho de conclusão de curso em licenciatura plena em pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Portel 2006.

9 - Questionário aplicado com a professora Maria de Sousa do 1º e 2º ciclo da EJA, no dia 09 de setembro de 2014.

de Portel aderiu a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em Portel, a Educação de Jovens e Adultos tem uma contribuição importante para milhares de educandos da cidade e do meio rural. Investigando documentos na Secretaria Municipal de Educação percebemos a ampliação dessa modalidade de ensino no território portelense com aproximadamente 50 turmas. “Embora na região marajoara a demanda seja grande de alunos não podemos deixar de apontar o grande índice de evasão, abandono e desistência que ocorre todo ano com estudantes da EJA” (RODRIGUES, 2013).

Para dar conta desta modalidade de ensino a SEMED promove capacitação dos docentes a fim de desenvolverem técnicas de alfabetização de Jovens e Adultos. De acordo com a professora Maria de Sousa⁹, enfatiza “que a coordenação pedagógica da EJA, proporciona aos educadores formação continuada para atender as necessidades do educando”. Essa formação continuada participam todos os professores da rede pública, porém, não uma formação específica para o professor alfabetizador que assume a EJA, em muitos casos, as propostas de incentivo à escrita e leitura não chegam a motivar os alunos da EJA.

A maior parte dos discentes que estão cursando o primeiro e segundo ciclo da EJA, o qual corresponde do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, não sabem ler dentro das competências linguísticas estabelecidas. Todavia, o Regimento Unificado do Município de Portel nº 04.876.447/0001-80, 2010, assegura no Art. 34 e incisos I, II, III, IV e V a organização da sala de leituras nas escolas.

Art. 34. Compete ao responsável pela sala de leitura: I – subsidiar e orientar as atividades de leitura e pesquisa bibliográfica e científica; II – assegurar a adequada organização e o funcionamento do serviço; III – proceder ao levantamento anual das necessidades de ampliação do acervo bibliográfico, junto à comunidade escolar, propondo a aquisição de livros, periódicos e outros materiais; IV – divulgar periodicamente, no âmbito do es-

tabelecimento de ensino, o acervo bibliográfico existente; V – elaborar o inventário do acervo.

A maioria das escolas do meio rural de Portel não possui bibliotecas e na minoria que existem salas de leituras são proporcionados por projetos de leituras que não são do governo municipal. Contudo, os livros que são selecionados e distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC). Porém, não é suficiente para demandas dos estudantes, isso se impõe aos professores e faz com que tentem fazer um trabalho de alfabetização nessa modalidade.

O local da investigação: Rio Camarapi

O Rio Camarapi localiza-se no município de Portel e tem grande destaque, porque deságua na baía de Portel, em frente à sede municipal. Seus principais afluentes pela margem esquerda são os rios: Banã, Pirico e os igarapés Esmeralda, Macaco, Açaituba, Merituba Grande e Cariatuba. Na parte da margem direita, encontramos os rios: Pitinga, Acangatá, Paca-Puteiro, Ajará e os igarapés Taquera, Tamaquerinha, Tanquera, Arumã e Otá.

Por ser um município cercado de muitos rios e igarapés em sua área geográfica, encontram-se centenas de jovens e adultos trabalhadores que estão em busca de oportunidade educacional, com objetivo de aprimorar seus conhecimentos onde já trabalham ou adquirirem outras profissões importantes para atender as necessidades das comunidades onde vivem.

O rio Camarapi, por ser extenso, existem inúmeras comunidades que são formadas pelas religiões Católicas e Evangélicas. Além disso, o Camarapi é rico em fauna e flora contendo uma variedade de espécies animais da região amazônica como: onça pitada, peixe boi, anta, veado, tatu bola e entre outros animais. Na flora encontra-se açazeiro, copaíba, bacurizeiro, castanheiro e entre outras árvores que formam a vegetação do Rio. As pessoas das comunidades do Camarapi sobrevivem dos recursos animais, naturais, dos benefícios de programas sociais do governo federal.

Nos recursos naturais destaca-se a agropecuária familiar, a pesca e a caça, sendo que

agricultura corresponde o cultivo da mandioca para a fabricação da farinha, a plantações de milhos, melancias, arroz, abacaxis, bananas e entre outras plantações, sendo que, suas maiorias dessa produção são comercializados no próprio município. Além da pecuária, estão as criações de porcos, galinhas, patos e entre outros.

As famílias que moram no rio Camarapi ainda dependem da caça e pesca moderadamente, juntamente com as coletas de frutos da natureza para suas sobrevivências, prevalecendo as tradições culturais dos povos nativos amazônicos que viviam nesta região. Neste rio, percebemos que as suas margens têm vegetação planas e lugares várzeas contendo árvores cujos frutos servem de alimentos para as pessoas que moram neste rio. É bastante visível as árvores dos açazeiros e buritizeiros, sendo comum avistar várias ilhas, desde o início até o final deste importante rio historicamente.

No decorrer das estações do ano, a água do rio muda de cor, visto que, no inverno fica escura, no decorrer do período da chuva logo começam as enchentes do rio juntamente com seus afluentes, depois que finaliza o período chuvoso temos as vazantes das águas e, conseqüentemente, a água torna-se limpa e clara. Nesse rio, localiza-se a comunidade Divino Espírito Santo, onde fica a Escola Antônio José

A comunidade do Divino Espírito Santo fica aproximadamente as 4 horas de viagem de Barco da sede do município. Na memória social dos moradores mais antigos dessa localidade a vila surgiu no século XIX, mas a educação formal custou a chegar ao local. As poucas pessoas que queriam se alfabetizar se deslocavam para outras comunidades rurais, aproximadamente 3 horas de viagem em canoa¹⁰ remando para chegar onde tinha um professor(a) ensinando na escola mais próxima.

Na vila Divino Espírito Santo, a escola se localiza à direita do rio Camarapi. Neste cenário, vivem os estudantes com dife-

¹⁰ - A canoa é uma pequena embarcação construída de madeira, de fundo chato e movida a remo.

rentes idades em busca de oportunidades através da educação, sobretudo, da aprendizagem da leitura. Na comunidade predomina famílias que tem uma econômica de renda baixa, sendo que suas principais rendas prevalecem no rio Camarapi da agropecuária, pesca, caça, coletas de frutas, extrativismo de madeira e programas de transferência de renda do Governo Federal.

A maior renda econômica da comunidade Divino Espírito Santo é a produção da fabricação da farinha de mandioca produzida artesanalmente pelos moradores, outra renda primordial que são aposentadoria e os benefícios do Governo Federal como os programas da bolsa escola, bolsa verde e Brasil carinhoso. Toda essa renda é para subsistência familiar. A partir deste estudo Chizzotti (2010, p.82) enfatiza como o pesquisador se comportar praticado uma maneira participativa.

O pesquisador deve manter uma conduta participante: a partilha substantiva na vida e nos problemas das pessoas, o compromisso que vai adensando na medida em que são identificados os problemas e as necessidades e formuladas as estratégias de superação dessas necessidades ou resolvidos os obstáculos que interferiam na ação dos sujeitos.

Nesses aspectos a educação tem um papel fundamental na vida das pessoas, afim de transforma a realidades das famílias de acordo com suas necessidades para ter uma vida digna como verdadeiros cidadãos que conheça seus direitos e deveres. A alfabetização do domínio da leitura e escrita, significa uma importância bastante eficaz para compreender melhor a sociedade contemporâneo.

Hoje, a comunidade tem mais de sessenta membros e acerca de trintas famílias. Entre essas pessoas da localidade tem dois professores que estão sendo graduado em pedagogia. Entretanto, a maioria das pessoas, acima de vinte cinco anos de idade, não tinham o ensino fundamental completo. No ano de 2009, iniciou no local o Programa Brasil Alfabetizado. No ano seguinte, essa modalidade não teve sucesso,

que era para dar continuidade, acabou. Em 2013, inicia uma primeira etapa da EJA, dessa vez dando continuidade em 2014. Percebendo o contexto histórico, dialogamos com as ideias de Fuck (1994, p. 14-15):

A educação seja o processo através do qual o indivíduo toma a história em suas próprias mãos, a fim de mudar o rumo da mesma. Como? Acreditando no educando, na sua capacidade de aprender, descobrir, criar soluções, desafiar, enfrentar, propor, escolher e assumir as conseqüências de sua escolha. Mas isso não será possível se continuarmos bitolando os alfabetizando com desenhos pré-formulados para colorir; com textos criados por outros para copiarem, com caminhos pontilhados para seguir; com histórias que alienam, com métodos que não levam em conta a lógica de quem aprende.

Nessa perspectiva de pensar como podemos alfabetizar os alunos da EJA, encontra-se o local da pesquisa, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio José, localizada no meio rural do Rio Camarapi, Localidade Miritituba, Comunidade Divino Espírito Santo. A instituição foi fundada dia 18 de abril de 2002, com apenas uma sala de aula para atender os alunos de 1º a 5º série do Ensino Fundamental na comunidade.

A construção era feita de madeira e com o tempo se acabou. Atualmente, as aulas são realizadas em duas “salas de aulas”, no centro comunitário e sede da comunidade, que serve como uma espécie de prédio escolar. Somente ano de 2013, inicia-se a construção do prédio da escola de alvenaria, mas a obra estar parada. A Escola Antônio José é anexa à Escola Municipal Marechal Deodoro da Fonseca, que funciona como Escola Referência do Núcleo IV, no Rio Camarapi. A gestão e coordenação fazem parte do núcleo que é composta por dezesseis escolas. Hoje, a instituição Antônio José atende 120 alunos, do 1º ao 7º anos, sendo que o número de alunos por turma, em 2014, é diversificado mínimo de 18 e máximo de 34.

De acordo com o que observamos sobre as condições de funcionamento da instituição descrevemos os aspectos de infraestrutura física, quadro técnico e docente. A característica física da Escola é composta por cozinha que fica no centro comunitário, não contem a alojamento dos professores, a biblioteca é do projeto vagalume e dois espaços que funciona como salas de aulas.

A escola é composta de gestor, coordenação, professores e pessoais de apoio. Além de alunos, pais e comunidade local. Os dados gerais como as categorias profissionais lotados neste ano de 2014, são dez funcionários assim distribuídos: um diretor, duas coordenadoras pedagógicas, três professores, duas serventes, dois barqueiros. A instituição é contemplada com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

A escola atende à demanda de alunos em três turnos. No primeiro, manhã, alunos de 1º ao 5º anos. No segundo, à tarde, estudantes do 6º ao 7º anos. À noite, discentes da Educação de Jovens e Adultos, de forma que os turnos também são multi ano. A turma da EJA, nosso foco de pesquisa, os alunos estudam no centro comunitário, cujo, o ambiente é inadequado para esse público, pois o sistema de iluminação não contempla a necessidades dos discentes. Os alunos demonstram obter problemas de visão parcial. São esses sujeitos que tratamos de caracterizar nesta investigação.

Estes sujeitos da pesquisa são alunos que passam o dia trabalhando e durante a noite estão estudando, possivelmente cansados, mas, permanecem buscando seus “sonhos” diante dos estudos. Os estudantes são maioria adulta, pais e mães de famílias, que sobrevivem do trabalho da roça, pesca e caça, o qual já foi enfatizado aci-

ma. Para Chizzotti (2010, p.83).

[...] o sujeito que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identifica [...]. Isto não significa que a vivência diária, a experiência cotidiano e os conhecimentos práticos reflitam um conhecimento crítico que relacione esses saberes particulares com a totalidade, as experiências individuais com o contexto geral da sociedade.

Nessa perspectiva, o sujeito tem um significado no desenvolvimento acerca da alfabetização, uma vez que os jovens e adultos têm saberes diferenciados que trazem consigo no dia-a-dia. Sendo necessário o professor faça um diagnóstico para conhecer melhor os alunos que tem dentro da sala de aula para poder incentivar os estudantes a participarem das aulas e desenvolverem os seus conhecimentos no processo de alfabetização.

Apesar das dificuldades que enfrentam no cotidiano, os moradores da região são pessoas felizes numa sociedade injusta e desigual. Refletindo este panorama desigual o “trabalho que transforma nem sempre dignifica os homens e mulheres. Só o trabalho livre nos dá valor. Só o trabalho com o qual estamos contribuindo para a criação de uma sociedade justa, sem exploradores nem explorados, nos dignifica” (FREIRE, 1989, p. 37).

Estes alunos que trabalham fazem parte da modalidade de jovens e adultos da Escola Antônio José, formam uma turma de 26 alunos. São discentes que não tiveram oportunidade de estudar na idade certa. Essa realidade é narrada na fala da estudante Maria.

Eu não tive oportunidade de estudar encontro criança, pois não havia escola próximo da minha casa, primeira escola, mas perto ficava 4 horas de distância a remo e minha mãe achava melhor eu e meus irmãos fica-se trabalhando. Hoje a melhor forma de estudar é a noite, pois tenho que trabalhar durante ao dia para poder sustentar meus filhos¹¹.

Precisamente essa é a realidade dos estudantes da EJA nessa localidade do rio Camarapi, em Portel, uma vez que estão atuando no primeiro ciclo dessa modalidade, o qual é voltado para alfabetização, dando ênfase no domínio da leitura e escrita. As palavras dos alunos da turma demonstram como estão sendo alfabetizados dentro do ambiente escolar, como vê no relato de Paulo: “o desenvolvimento da aprendizagem está sendo sistematizado, já que os conteúdos são realizados de acordo com a nossa realidade”¹². Deste modo, é na “realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação” (FREIRE, 1987, p. 50). Nessa perspectiva, observamos a relevância do trabalho da professora com os conteúdos programáticos de ensino e aprendizagem durante o processo de alfabetização dos alunos.

Nesse caso, a maioria das aulas, a professora trabalha com o método tradicional de ensino, presa as dinâmicas do quadro, giz e exposição oral dos conteúdos. Porém, o educador não tem que deixa de realizar outras dinâmicas interativas de alfabetização. A atividade de alfabetização na escola é organizada a partir de colagem das letras do alfabeto na formação de palavras e leituras na classe. Nessa atividade de colagem a professora recortou várias letras do alfabeto para que cada aluno construa um painel com o nome de seus familiares. Um ponto que chamou a atenção foi usado goma de tapioca para substituir a cola, já que não havia cola industrializada para a execução do trabalho.

Outro ponto bastante relevante são os tipos de textos utilizados para alfabetizá-los, pois, estão no processo de alfabetização. O aluno Manoel enfatiza: “os textos mais utilizados dentro da sala de aula são gêneros textuais voltadas para nossa vida cotidiana”¹³. Nesse sentido, a produção textual contempla “um conhecimento prévio necessário à realidade satisfatório da atividade de leitura se referem às diferentes características materiais dos textos que encontramos na sociedade” (PIETRI 2009, p. 23).

11 - Questionário aplicado com a aluna Maria, 2º ciclo da EJA, no dia 07 de setembro de 2014

12 - Questionário aplicado com o aluno Paulo, 1º ciclo da EJA, no dia 07 de setembro de 2014.

13 - Questionário aplicado com o aluno Manoel, 1º ciclo da EJA, no dia 07 de setembro de 2014.

Alguns intelectuais da educação, como Paulo Freire, chamam a atenção para este aspecto da linguagem oral e escrita desenvolvida em sala de aula com a EJA.

Na alfabetização de adultos, como na post-alfabetização, o domínio da linguagem oral e da escrita constitui uma dimensão do processo da expressividade. O aprendizado da leitura e da escrita, por isso mesmo, não terá significado real se faz através da repetição puramente mecânica de sílabas. Esta aprendizagem só é válida quando, simultaneamente com o domínio do mecanismo da informação vocabulário, o educando vai percebendo o profundo sentido da linguagem (FREIRE 1981, p 20).

O processo de alfabetização chama atenção de como o educando demonstra interesse pelas aulas, quando o assunto fala de seu cotidiano de forma que eles compreendam os significados das palavras, seja cultural, econômico ou político têm grande influência nos saberes apreendidos dos alunos. Essa questão mostra como a linguagem oral ou escrita é significativa para a formação dos alunos e exercício da cidadania na sociedade.

A EJA conforme a LDB 9394/96 e a alfabetização no 1º e 2º ciclos

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 9394/96, que rege a Lei da educação brasileira, tem um papel fundamental na EJA desde quando surgiram as Campanhas de alfabetização em massa. Uma dessas campanhas foi a Campanha de Educação de Adolescente e Adulto (CEAA) em 1947, realizada pelo Ministério da Educação e Saúde (Carvalho apud Brasil, CEAA, 2010, p 19). Só no ano 1961, que houve o primeiro projeto da primeira LDB Lei nº 4.024/61, graças às lutas populares. No entanto, garantindo os direitos dos estudantes dessa modalidade, segunda a LDB Lei nº 9.394/96:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos

adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Os discentes têm seus direitos garantidos em qualquer região do Brasil, mas, a maior parte do tempo estes direitos são violados, principalmente, em relação aos estudantes do meio rural. Muitos não têm acessos a essas informações e, muitas vezes, deixam de permanecer na escola por causas dos seus trabalhos, já que, tem dias que o estudo se coincide com o trabalho, no caso, da caça e pesca e outras atividades extrativistas.

As comunidades do meio rural têm suas adversidades culturais, mostrando que são necessários os professores terem flexibilidades em suas metodologias dentro e fora da sala de aula para que os alunos não sejam prejudicados em seus estudos, uma vez que necessitam de seus trabalhos para poderem adquirir alimentos que ajudam em suas sobrevivências. Esse modo de viver constituintes das atividades de subsistência do meio rural onde fica a referida Escola pesquisada contextualiza esta realidade dos alunos da EJA.

Todos os serviços são voltados para o sustento da família. Trazer esses saberes implícitos no cotidiano dos alunos faz o processo de alfabetização ser mais bem desenvolvida diante dos saberes culturais deste lugar. Na compreensão de Freire (1963, p.14):

Precisávamos, ainda, de algo com que ajudássemos o analfabeto ao iniciar aquela modificação de sua atitude básica diante da realidade. Com que eles dessem começo a reformulação de seu saber prepon-

derantemente mágico. Precisamos também que esse algo fosse uma fonte de motivação para o analfabeto querer ele mesmo montar o seu sistema de sinalizações. Motivação que viesse se soma a sua pertinência educativa, em relação direta com a transitivarão de sua consciência. Era preciso, por outro lado, superar um certo fatalismo, sobretudo dos homens menos transitivado dos campos, que responsabilizam Deus ou o destino, ou ainda assina, pelo erro de uma estrutura arcaica e desumana. Pareceu se nos estão o caminho seria levamos a o analfabeto, por meio de educação, o conceito antropológico de cultura.

O meio que o aluno está inserido tem uma importância significativa no processo de ensino e aprendizagem da alfabetização, tendo vista os conhecimentos antropológicos, levam a investigar suas adversidades de vivência sociocultural. Através dessa análise o professor vai traçar um planejamento de como pode valorizar a leitura de seus educandos.

Os direitos da população do meio rural dentro de uma perspectiva de educação da EJA estar em constante mudanças, desde a Campanha de Nacional de Educação Rural (CNER), em 1948, conforme analisa Carvalho (2010, p. 23):

[...] inspirada numa experiência educacional mexicana denominada “missões rurais”. Essa nova campanha compreendida ações conjuntas do Ministério de Educação e Saúde e do Ministério da Agricultura. O pressuposto era que não bastava oferecer apenas alfabetização ao homem do campo, era preciso transformar sua realidade socioeconômica, criando melhores condições de saúde, trabalho e produção. [...] além da alfabetização, a educação para o trabalho, a cidadania, o lazer, a saúde e o desenvolvimento comunitário.

O homem do meio rural sempre necessitou de uma educação, mas igualitária sobretudo os discentes da EJA, já que falta in-

formação para exigir seus direitos legais, direcionados pela Constituição Federal e pela LDB no âmbito escolar. A LDB nº 9.394/96 cita alguns direitos dos estudantes, que é indispensável para os educandos do meio rural, de forma que contempla as necessidades dessa classe estudantil.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Adaptação essa, que muitas vezes são feitas de forma equivocada, dificultando o processo de alfabetização dos educandos, uma vez que não são cumpridos os duzentos dias letivos propostos pela Lei LDB nº 9.394/96, que relata o Art. 24: I – “a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver”. Dessa forma, são efetivados esses direitos, esse tempo também poderia ser usado para executar projetos de leitura e outros, ajudando a desenvolver o ensino e aprendizagem dos jovens e adultos que ainda não dominam a leitura e escrita.

Quando a professora Maria de Sousa da Escola Antônio José é questionada a respeito de eventos pedagógicos para incentivar a leitura dos educandos, ela enfatiza que “ainda não foram realizadas nenhum evento pedagógico na Escola que corresponde alfabetização”¹⁴. Nessas perspectivas se faz necessária que os docentes tenham consciência de que é fundamental criar projetos para melhorar o desenvolvi-

mento da educação do aluno.

O docente tem um papel essencial nesse ato democrático, na LDB nº 9.394/96, contempla no Art. 14, inciso I – “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola”. Nesse caso, a gestão escolar precisa rever e reavaliar as práticas de educação na área de alfabetização e fazer acontecer a realização de projetos que atendam a realidade dos alunos. Tendo em vista as necessidades que os alunos da EJA de ter uma educação de qualidade principalmente àqueles que vivem às margens dos rios e seus afluentes, ou seja, dentro de uma ótica do meio rural. Precisamos lutar para prevalecer a aplicação das Leis que são contempladas pela LDB nº 9.394/96.

Diante desta compreensão, o professor tem o papel fundamental no desenvolvimento de alfabetização no ambiente escolar, tendo em vista que a sua formação, contribui para o sucesso do aluno, perante o processo do ensino e aprendizagem dos educandos, também é indispensável que o educador conheça o currículo, o qual está ensinando. Nesse aspecto, chama atenção a formação do profissional que trabalha na modalidade de Jovens e Adultos acerca da alfabetização.

O professor alfabetizador pode ser formado em outras áreas dos conhecimentos, português, matemática, História, Geografia por fim em diferentes outras áreas. Porém, tem de ter noção indispensável no desenvolvimento da alfabetização do discente, no campo da pedagogia. Além do campo da pedagogia, o professor tem de ter em sua prática docente o desejo de ir além do seu saber, pois existem diferentes classes e diferentes estudantes com diferentes culturas. O educador tem que estar sempre atualizado, buscando informações que lhe ajudem a melhor inovar as estratégias para repassar conhecimentos aos discentes.

A concepção da pedagogia “como uma ciência do fazer educativo, mas, que como tal, não se confunde com o próprio fazer que permaneça como atividade do educador” (MAZZOTTI, 1994, p. 6). Nesse aspecto, o docente não depende só da

pedagogia para alfabetizar, mas, tem que ser um pesquisador para realizar um bom trabalho. Outro assunto relevante é o saber fazer do professor: como ele estar alfabetizando os alunos? Qual é o método que está utilizando dentro da sala de aula? São questionamentos que frisamos, dentro do processo de alfabetização, pois se imagina que um educador recém-formado em curso de licenciatura não continua trabalhando uma aula tradicional. Aluna Maria enfatiza que “a professora repassa atividade de leitura no quadro e no caderno”¹⁵. Desse modo, mostra uma educação fragmentada no ensino dessa modalidade, criando uma educação tradicional, deixando estabelecer um ensino mecânico.

Tendo em vista que além de ser um profissional pesquisador é indispensável os programas de capacitação, para o alfabetizador desenvolver uma ótima aula. Alfabetizar os Jovens e Adultos não parecer uma tarefa fácil para chegar ao ponto de que qualquer pessoa alfabetizada possa alfabetiza-los. “Existe alguns programas, por exemplo, em que se defende a ideia de que para ensinar jovens e adultos a ler e escrever é suficiente ser alfabetizado, não precisando ser professor como se ensinar a ler e escrever fossem tarefas simples, podendo ser desenvolvidas por leigos” (SHWARTZ 2012, p. 90). Os alunos da EJA são estudantes que fazem parte do ensino público, porém isso não quer dizer que todos são alfabetizados, pois existem educandos, cujo, não sabem ler e escrever.

O docente para obter melhor desenvolvimento de alfabetização com seus alunos, também tem que conhecer o currículo do sistema de ensino que está realizando. Nesse caso, Professor da educação de Jovens e Adultos tem de conhecer currículo nacional proposto pela LDB, CEB (Câmara de Educação Básica), CNE (Conselho Nacional de Educação) e própria instituição de ensino no caso das escolas é o projeto político pedagógico (PPP).

Com base nas diretrizes curriculares que estabelece a relação entre a educação e a vida cidadã. Esses objetivos levam a contextualizar um ensino voltado para modalidade da EJA, numa perspectiva de obter uma educação de qualidade. Segundo Mi-

14 - Questionário aplicado com a professora Maria de Souza do 1º e 2º ciclo da EJA, no dia 09 de setembro de 2014.

15 - Questionário aplicado com a aluna Maria, 2º ciclo da EJA, no dia 07 de setembro de 2014.

nistério da Educação Conselho Nacional de Educação (2000, p. 59):

Muitos alunos da EJA têm origens em quadros de desfavorecimento social e suas experiências familiares e sociais divergem, por vezes, das expectativas, conhecimentos e aptidões que muitos docentes possuem com relação a estes estudantes. Identificar, conhecer, distinguir e valorizar tal quadro é princípio metodológico a fim de se produzir uma atuação pedagógica capaz de produzir soluções justas, equânimes e eficazes. A contextualização se refere aos modos como estes estudantes podem dispor de seu tempo e de seu espaço. Por isso, a heterogeneidade do público da EJA merece consideração cuidadosa. A ela se dirigem adolescentes, jovens e adultos, com suas múltiplas experiências de trabalho, de vida e de situação social, aí compreendidos as práticas culturais e valores já constituídos.

Diante das propostas curriculares, o qual contemplam os conhecimentos prévios do aluno, uma vez que valorize os saberes do cotidiano. O educador por sua vez tem que estar seguro dos procedimentos metodológico cujo realizará com seus estudantes, traçando um diagnóstico para construir o seu planejamento bimestral ou diário, tendo em vista, o desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos discentes. Esses procedimentos têm que estar contido no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

O Projeto Político Pedagógico é a identidade da escola, esse documento vai direcionar o currículo, dentre estes estão os princípios e os conteúdos que devem ser seguidos. “O tratamento dos conteúdos curriculares não pode se ausentar desta premissa fundamental, prévia e concomitante à presença em bancos escolares: a vivência do trabalho e a expectativa de melhoria de vida” (ME/CNE, 2000, p. 59). Esse contexto de educação tem uma conexão com a formação do trabalho, sendo que, a escola ajuda a desenvolver esses conhecimentos através dos conteúdos que são lhe passados. O relato da professora Maria Souza que leciona na turma multi-ciclo (1ª e 2ª ciclo) da EJA expressa esta

concepção:

Destaca-se a importância do Projeto Político Pedagógico, mas ainda não tive acesso neste documento, o currículo é planejado de acordo com os conhecimentos que cada educando apresenta, dessa forma, cujo ser trabalhar na teoria e prática para um bom desenvolvimento do ensino e aprendizagem em sala de aula.

A alfabetização da EJA busca-se um currículo priorizado, uma vez que os Jovens e Adultos tem seus próprios currículo escolar, bem como priorizar o acesso e permanência dos estudantes no ambiente escolar, sobretudo enfatizando o currículo da educação do meio rural, já que a modalidades de ensino é voltada para os saberes de muita relevância. A LDB nº 9.394/96, regem os direitos curriculares dos estudantes do meio rural, contemplado no Art. 28, inciso I – “conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural”. Podemos levar em considerações a peculiaridades dos discentes que estudam nesta modalidade.

Nesse sentido, analisamos que o currículo da educação de jovens e adultos, por sua vez, estar amparado em Lei que regem a educação dessa modalidade de ensino, apresentando a visão de uma pedagogia diferenciada na escola, suas diretrizes adicionam flexibilidades no desenvolvimento construtivo do sistema curricular e consisti que os alfabetizadores estejam recebendo formação continuada para uma educação de qualidade.

Assim, compreender o processo de alfabetização do primeiro e segundo ciclo da EJA, se faz necessário conhecermos as normas de alfabetização. O sistema de alfabetização consiste na educação de nove anos, as crianças iniciam-se ingressar no estudo desde os seis anos idade no ensino fundamental, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, aprovou o Plano Nacional da Educação (PNE). Todavia, a LDB nº 9.394/96, é flexível na organização da educação básica, no ensino fundamental, como se lê em seu artigo 23, quando enfatiza:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

De forma que, o sistema da educação de ciclo é adotado em vários municípios brasileiros, inclusive no município de Portel, essa educação de ciclo surgiu com intuito de combater a evasão e fracasso escolar, em vista do ciclo da aprendizagem escolar. Deste modo, o primeiro ciclo corresponde ao primeiro, segundo e terceiro ano do ensino fundamental que estabelece os níveis de alfabetização. Já, o segundo ciclo contempla o quarto e o quinto ano do ensino fundamental. O terceiro ciclo corresponde ao sexto e sétimo ano; e o quarto ciclo equivale ao oitavo e nono ano do Ensino Fundamental.

Esta organização na EJA tem o mesmo fundamento e proposito contido na LDB nº 9.394/96, no art. 32, incisos I, II, III, IV:

Determina como objetivo do Ensino Fundamental a formação do cidadão, mediante: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Ao relacionar os procedimentos no processo educativo dos educandos dentro das escolas, a alfabetização é a base para desenvolver outros meio de comunicação verbal, pois é nessa perspectiva que a educação do ciclo de aprendizagem

fortalece os três primeiros anos do ensino fundamental, para que os alunos tenham o domínio da leitura, escrita e do cálculo matemáticos, visto que tem como uma avaliação acumulativa e processual, através da observação do cotidiano do aluno no ambiente escolar.

Esse processo de ensino consiste numa educação voltada para as crianças que corresponde a idade certa de estudo; no entanto a modalidade da EJA tem uma educação diferente dentro do sistema de ciclo, seguindo outra didática e outro currículo diferenciado como foi visto no ponto anterior. Segundo, o Regimento Unificado das Escolas Municipais de Portel, nº 04.876.447/0001-80, dirige-se a educação de ciclo voltada para Educação de Jovens e Adultos, adota os seguintes aspectos.

Art. 48. A Educação de Jovens e Adultos será ministrada sob a forma sistemática, e com avaliação no processo, obedecendo a uma carga horária mínima de três mil e duzentas (3.200) horas e duzentos (200) dias letivos de efetivo trabalho escolar, tendo a seguinte equivalência: I-1a ciclo corresponde ao 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental; II-2a ciclo corresponde ao 4º e 5º anos do Ensino Fundamental; III- 3a ciclo corresponde ao 6º e 7º anos do Ensino Fundamental; IV- 4a ciclo corresponde ao 8º e 9º anos do Ensino Fundamental.

Ao analisar o tempo que leva para alfabetizar uma criança e o tempo que alfabetiza os Jovens e Adultos tem uma boa diferença. Ressaltamos que não estamos questionando o tempo que leva para alfabetizar esse público, mas, sim como alfabetizá-los nesse determinado tempo, percebemos que, nem todos os alunos dominam a leitura e muito menos a escrita.

O desenvolvimento do ensino e aprendizagem da alfabetização diante da escrita e leitura dentro da sala de aula na EJA, segundo a professora Maria: “se desenvolvem da maneira gradativamente de acordo com a capacidade de cada educando”. O educador sabe o nível de alfabetização de cada discente é comum que desenvolva o

ensino de acordo com seus conhecimentos. “Trabalhar a partir dessas concepções pressupõe novas aprendizagens, por parte dos alunos, de suas próprias capacidades” (DURANTE, 1998, p. 106).

Mais como seria essa dinâmica se tratando da modalidade da educação de Jovens e Adultos que o educando vem interagir de forma que desenvolva a leitura da turma. O aluno Manoel destaca como gostaria que fosse realizada as atividades de leituras: “eu gostaria que as aulas fossem mais fáceis que passassem palavras menos difíceis e que escrevessem atividades de leituras para ler em casa”. Os discentes precisam se envolver com a leitura de forma prazerosa, já que gostem das atividades cujo proposto pelo docente dentro ou fora da escola.

É notável que o ciclo de aprendizagem tenha como objetivo, dar continuidade na devida fase de acordo com os conhecimentos do aluno, mas que chama atenção nesse sistema é que a modalidade da EJA, em muitos lugares do meio rural do município de Portel, a EJA é multi-ciclo, estabelecendo novos desafios para alfabetizar esses educandos. Os alunos do primeiro e segundo ciclo são colocados na mesma turma, uma vez que temos diferentes níveis de alfabetização nos mesmos ambientes. Quando se pergunta, quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo docente para alfabetizar os alunos da EJA? Tendo em vista que “as maiores dificuldades para trabalhar com a educação diferenciada é a falta de materiais didáticos”, como relatou professora Maria de Sousa.

O sistema de multi-ciclo é um ensino peculiar, pois dentro da sala de aula existem com diferentes saberes que faz com que o professor tenha suporte pedagógico para realizar um trabalho de alfabetização. Porém, o educador tem que ser criativo ao explorar as riquezas naturais e culturais que se encontram naquele determinado lugar em termos pedagógicos, já que não são proporcionados materiais adequados pelo Ministério da Educação ou Secretaria Municipal de Educação, que possam prover momentos de produção escrita e leitura.

Na maior parte das aulas de leituras, o professor só pode recorrer aos livros de didáticos propostos pelo MEC, no entanto, os livros apresentam saberes de outras realidades, dificultando o interesse da leitura dentro das salas de aulas, nesse contexto o educador tem que adaptar os livros trazendo conhecimentos voltados para o cotidiano dos alunos em diálogos com outras realidades. Assim, o sistema de ciclo voltado para EJA é um sistema novo no município de Portel, mas, não mudou muito do sistema sérias propostos nos anos anteriores, a maioria dos professores continua usando a mesma metodologia da educação básica. Atualmente se faz necessário que os educadores tenham mais formações continuadas, de forma que possam rever as práticas pedagógicas para melhorar a alfabetização na EJA.

Considerações finais

O interessante na educação não é a firma que tudo é verdade, mas é perceber os conhecimentos que nós adquirimos por toda a nossa vida. Juntar os saberes de outras pessoas e colocar em prática o que produzimos torna rica as informações, isso não nos tornou mais sábio que outras pessoas, mas nos destacamos uns dos outros. Nesta pesquisa, relacionada a EJA no Marajó, especialmente no meio rural de Portel, trouxe o cotidiano do processo de alfabetização da EJA multi-ciclo da escola Antônio José, mostrando os obstáculos que se impõem ao ensino de modo inovar com diferentes propostas pedagógicas.

A pesquisa foi bastante dinâmica por conhecer a realidade da EJA no rio Camarapi e não tivemos muitas dificuldades para realizá-la, em vista da experiência profissional vivida em algumas escolas deste rio com turmas da EJA. Porém, a maior dificuldade foi o observar todos os alunos no mesmo ambiente de sala de aula, uma vez que desenvolvia a pesquisa nem todos participavam coletivamente, porque faltavam sete ou mais quando estava presente na sala de aula. Nesse sentido, pesquisa se desenvolveu com seriedade, destacando sempre os objetivos das propostas pelo estudo do tema em questão.

No decorrer do contato com o local da pesquisa, a Escola Municipal Antônio

AMARAL, Sônia Maria Pereira do. *Memórias, cotidianos e escritas às margens do Marajó: Navegando entre o saber e o poder. Dissertação de mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura. Universidade da Amazônia, Belém, 2012.*

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

BARBOSA, José Juvêncio. *Alfabetização e leitura.* São Paulo: Cortez, 2008.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais.* São Paulo: Cortez, 2010.

CARVALHO, Marlene. *Primeiras letras: alfabetização de Jovens e Adultos em espaços populares.* - 1. Ed. São Paulo: Ática, 2010.

DURANTE, Marta. *Alfabetização de Adultos: leitura e produção de textos.* Porto Alegre: Grupo A, 1998.

FUCK, Irene Terezinha. *Alfabetização de Adultos. Relato de uma experiência construtivista.* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FREIRE, Paulo. *pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* - São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam/ Paulo Freire.* - São Paulo: Autores associados: Cortez, 1989.

_____. *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Ação cultural para a liberdade,* 5ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

_____. *Educação Mudança.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo.* Estudos Universitários, Revista de Cultura da Universidade de Recife. Recife, n. 4, abr. / jun. 1963.

HAGE, Salomão Mufarrej (Org). *Educação do Campo na Amazônia: retrato da realidade das escolas multisseriadas no Pará.* Belém, Gráfica e Editora Guttemberg Ltda, 2005.

GALVÃO, Ana Maria de oliveira e Soares, Leôncio J. Gomes. *História da alfabetização de Adultos no Brasil.* In, ALBUQUERQUE, Eliana B.C.de LEAL, Telma Ferraz (org.), *A alfabetização de Jovens e Adultos em uma perspectiva de letramento,* 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOVERNO MUNICIPAL PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: *Regimento Unificado das Escolas Municipais de Portel.* Nº 04.876.447/0001-80. Portel - Pará, 2010.

LDB: *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico].* - 8. ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas.* São Paulo: EPU, 1986.

MAZZOTTI, Tarso B. *A pedagogia como ciência da prática educativa.* In:

José, os dados estudados mostram uma certa desorganização para o planejamento das práticas de alfabetização dos alunos, pois não houve um trabalho pedagógico de orientação das práticas docentes envolvendo a professora da turma e a coordenação escolar na turma da EJA. Mesmo diante deste desencontro e ausência significativa dessa relação pedagógica, a pesquisa conseguiu captar os sentidos do fazer da alfabetização com a turma de multi-ciclo.

Os desafios de nortear os embasamentos teóricos, que diz respeito as práticas de alfabetização do 1ª e 2ª ciclo da EJA, orientando como devemos alfabetizar os alunos dessa modalidade de ensino, foram interpretados no campo teórico da educação e estudiosos da área da linguagem que tratam da prática de alfabetização. Este aporte teórico, junto com os dados da pesquisa, levantados por meio de questionários aplicados com a professora e alunos que fazem constituindo uma grande relevância para perceber os inúmeros desafios dos alunos.

Compreender, a partir deste estudo, a alfabetização de jovens e adultos no rio Camarapi, trouxe novos olhares sobre a educação de jovens e adultos no meio rural de Portel, as metodologias e estratégias pedagógicas voltadas tensamente entre uma postura inovadora e tradicional de ensino e, conseqüentemente, de alfabetização. Restringir-se ao quadro, giz e algumas dinâmicas de contato com o alfabeto por meio de letras recortadas são proposições pedagógicas que demonstram os esforços da professora, mas que foge a dinamicidade cultural da realidade dos alunos e com questões mais globais de competências da alfabetização.

Diante desta interpretação, os alunos têm visões diferentes um dos outros. Muitos desejam somente dominar a leitura e escrita, essas pessoas são estudantes que já estão em uma idade mais avançada e outros pensam totalmente deferentes, vão além da leitura e da escrita, almejam obter novas profissões ou quer melhorar no estudo para ajuda no seu ambiente de trabalhos. Como observado o dever da escola é desenvolver conhecimentos linguísticos dos alunos para o exercício da cidadania e formar para o mercado do trabalho.

Frisamos a importância da pesquisa, ao perceber casos e descasos com a alfabetização na Escola Antônio José, o trabalho do professor qualificado pode contribuir nos avanços educacionais desenvolvidos por professor, coordenador, gestor em fim todos os profissionais que façam parte da educação a refletir sobre o olhar para a Educação de Jovens e Adultos. Essa flexibilidade de conhecer que os alunos da EJA são cidadãos e tem seus direitos garantidos pela Constituição Federal e pela LDB.

Temos a convicção que esta pesquisa coloca relevantes reflexões e leituras a respeito dos conhecimentos adquirido com o desenvolvimento da pesquisa e ressaltado que os educandos da EJA são estudantes que requerem uma atenção diferenciada, são homens e mulheres que não tiveram oportunidades de estudar na idade estabelecida e buscam os seus espaços dentro de uma sociedade mais digna e humana.

Portanto, com essa investigação destacamos o significativo trabalho de trazer essas percepções dos alunos e professora frisando que a educação da EJA, tem que ser pensada e repensada no âmbito das relações entre o rural e urbano, de forma que os alunos tenham mais segurança na aprendizagem da alfabetização, uma vez que valorizem a vontade dos jovens e adultos dentro e fora das salas de aula no município de Portel.

ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 7, 1994. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, MANTENEDORA/Interessado: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação, Básica: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Processo nº: 23001.000040/2000-55, Parecer CEB nº: 11/2000.

PAES, Maria de Fátima Dias. *Leitura e formação de leitores: percursos e percalços no ensino fundamental. Dissertação de mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura. Universidade da Amazônia, Belém, 2012.*

PIETRI, Emerson. *Prática de leitura e elementos para atuação docente. 2. Ed.- Rio de Janeiro: Editora, 2009.*

PACHECO, Agenor Sarraf. *Encantarias Afroindígenas na Amazônia Marajoara: Narrativas, Práticas de Cura e (In) tolerâncias Religiosas. Horizonte, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, p. 88-108, abr./ jun. 2010.*

RODRIGUES, Maria de Fátima Paz: *Práticas de leituras na educação de jovens e adultos (EJA 1ª etapa), em Ponta de Pedras-PA, 2014*

SCHWARTZ, Suzana: *Alfabetização de Jovens e Adultos: teórica e prática. 2. Ed.- Petrópolis, RJ: vozes, 2012.*

SILVA, Joel Pantoja da. *Memórias Tupi em Narrativas Oraís no rio Tajapuru - Marajó das Florestas-PA. Dissertação de mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura. Universidade da Amazônia, Belém, 2013.*

SILVA, Otoniel de Souza: *evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos: Um estudo de caso na EMEF Profª. Maria de Lourdes da Cunha Brasil. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Pará, Portel - PA, 2006.*